

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 29 DE MARÇO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

ATA Nº 028 - “A”

PRESIDENTE - DEPUTADO PEDRO SATÉLITE (EM EXERCÍCIO)
1ª SECRETÁRIA - DEPUTADA SERYS SLHESSARENKO (*AD HOC*)
2º SECRETÁRIO - DEPUTADO ZÉ CARLOS DO PÁTIO (*AD HOC*)

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Havendo número regimental, declaro aberta a presente Sessão.

Convido a Deputada Serys Slhessarenko e o Deputado Zé Carlos do Pátio para assumirem a 1ª e 2ª Secretarias.

(A SRª DEPUTADA SERYS SLHESSARENKO E O DEPUTADO ZÉ CARLOS DO PÁTIO ASSUMEM A 1ª E 2ª SECRETARIAS, RESPECTIVAMENTE.)

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o Sr. 2º Secretário, para proceder à leitura da Ata.

(O SR. 2º SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 23 DE MARÇO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.)

O SR. 2º SECRETÁRIO - Lida a Ata, Sr. Presidente...

Sr. Presidente, eu só queria solicitar de V. Exª que incluísse a minha argüição, porque eu coloquei o meu voto contrário à indicação dos membros da AGER. Inclusive antes da votação eu já havia argüido isso.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Deferido o pedido da V. Exª.

Em discussão a Ata que acaba de ser lida (PAUSA). Não havendo impugnação, dou-a por aprovada.

Com a palavra, a Srª 1ª Secretária, para a leitura do Expediente.

A SRª 1ª SECRETÁRIA (LÊ) - “Ofício do Deputado Federal Pedro Henry, em resposta Indicação de autoria do Deputado Romoaldo Júnior; Ofício nºs 146 e 147/00, do Secretário-Chefe da Casa Civil, encaminhando respostas aos Requerimentos de Informação de nºs 07 e 08/00, de autoria do Deputado Humberto Bosaipo; e ainda os Ofícios de nºs 160, 176, 178 e 187, do Secretário-Chefe da Casa Civil, todos em resposta a Indicações dos Senhores Deputados.”

Lido o Expediente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Encerrada a primeira parte, passemos à segunda parte do Pequeno Expediente (PAUSA). Com a palavra, o nobre Deputado Riva.

O SR. RIVA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu quero apenas reafirmar o convite aos colegas Deputados Estaduais para a reunião extraordinária do Parlamento Amazônico, no dia 31 de março, sexta-feira, e pedir aos colegas que puderem se envolver no encontro a partir de amanhã, porque nós começaremos a receber os companheiros dos Estados do Amazonas, Pará, Acre, Rondônia e

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 29 DE MARÇO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

Roraima. Seria importante nós darmos uma recepção como tivemos no Amazonas, no Pará. Eu queria convidar os Deputados para participarem desse encontro no dia 31. E gostaria, Sr. Presidente, na Sessão de amanhã, no término da Sessão, de fazer uma reunião com os Deputados de Mato Grosso para discutirmos algumas estratégias a serem tratadas na reunião do dia 31. Portanto, eu gostaria não só de convidar para esse encontro, mas também já deixar o convite para uma reunião amanhã, no Gabinete da Presidência, tão logo se encerre a Sessão.

Peço desculpas ao Presidente Pedro Satélite, porque nós estaremos envolvidos na organização desse encontro, de hoje até a sexta-feira, por isso estaremos muito pouco aqui no plenário. Mas eu deixo esse convite aos Deputados Emanuel Pinheiro, Hermínio J. Barreto, Moisés Feltrin, Baú, Túlio Fontes, Silval Barbosa, Wilson Teixeira Dentinho, Serys Shessarenko, Zé Carlos do Pátio e Pedro Satélite, para que a Assembléia Legislativa de Mato Grosso mostre a todas as Assembléias, do Estado da Amazônia, do Estados do Centro-Oeste, inclusive a de Mato Grosso do Sul, que pediu para ser retirada do movimento por ter uma realidade um pouco diferente da nossa realidade. Agora há pouco nós recebemos um telefonema do Deputado Picarelli, que reafirmou a sua presença e disse que gostaria de estar, mesmo com a formação do PARLASUL, onde eles estarão envolvidos, mas gostaria de estar na discussão. Sem dúvida nenhuma será um encontro muito proveitoso.

Nós teremos a oportunidade inclusive, Deputado Gilney Viana, de discutir as questões amazônicas, porque quem está mais no centro desses problemas são os Estados do Amazonas, do Pará, do Acre e de Rondônia, e entendemos que nós estamos inclusive na periferia da Amazônia. Então, eu gostaria de deixar esse convite. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, Sr. Deputados, é por isso, Deputado Riva, que Mato Grosso já está passando o Mato Grosso do Sul em economia e desenvolvimento, porque Mato Grosso do Sul é aquele primo pobre que quer ficar com o rico. Quer dizer, ao invés dele ficar com a realidade dele, ele prefere ficar com a dos Estados de São Paulo e Paraná. Então, deixa ele usufruir essas mordomias e nós vamos viver a nossa realidade aqui. Nós já passamos, somos o 15º PIB do Brasil. Quer dizer, estamos desenvolvendo, mas também estamos sofrendo as nossas dificuldades, mas é bom nos unirmos com o Acre, Rondônia, orgulho-me disso, de estar com o Amazonas e Roraima. Esse é o nosso povo, Deputado Baú.

Eu queria aqui, Sr. Presidente, agradecer V. Ex^a por ter me convidado para ser o 2º Secretário, porque isso é raridade! A Oposição aqui não tem direito a nada, até mesmo para ler uma Ata de vez em quando.

Quero dizer que é um absurdo o que eu fiquei sabendo aí pelos jornais, nas manchetes dos jornais, hoje, de todos os jornais da Capital, de que o Governador vai manter o valor do salário mínimo do Governo Federal. Isso para mim significa... Esse discurso do reajuste da economia está superado, porque já são cinco anos sem aumentar o salário dos servidores, são cinco anos sem discutir com os servidores realmente uma valorização. A inflação durante esses cinco anos ultrapassou os 40%, os 50% e os servidores sem ter sequer um reajuste. E, o salário mínimo, na minha opinião, é uma distribuição de renda. Quer dizer, você aumentar o salário mínimo do cidadão é distribuição de renda.

Eu quero falar, Sr. Presidente, aqui deve ter muitos Deputados gaúchos, que quando eu falo que Getúlio Vargas foi o melhor Presidente que o Brasil já teve, alguns contestam, mas no Governo Getúlio Vargas o salário mínimo era de quatrocentos dólares. No Governo Getúlio Vargas é que se abriram as portas para a valorização do trabalhador. João Goulart, que foi um outro Governo do Rio Grande do Sul, foi outro que tentou defender a distribuição de renda, a melhoria da qualidade de vida da nossa sociedade. E, hoje, nós estamos vendo um Governador, o Governador Dante de Oliveira,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 29 DE MARÇO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

e eu quero aqui deixar o meu repúdio a esse Governador que se diz tanto esquerda, que se diz tanto progressista, o barbudo que faz aquela enganação, fazer o que está fazendo, dizer que, para garantir a estabilidade ele não vai aumentar o salário mínimo do Estado de Mato Grosso. E quero aqui concordar - para terminar a minha palavra - com o PT, em nível nacional, quando entrou no Supremo Tribunal Federal ontem, através do Deputado Paulo Paim e o Deputado Aluísio Mercadante, que a responsabilidade do salário mínimo não deve ser passada para os Estados e sim deve ser do Governo Federal e o Governo Federal, para se justificar do injustificável, passou para esses Estados a responsabilidade do salário mínimo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Nós queremos dizer ao nobre colega Deputado Zé Carlos do Pátio que as nossas ideologias, às vezes, são um pouco diferentes, mas quando se fala em democracia se prova que este Parlamento, nós aqui realmente não discriminamos ninguém e sim trabalhamos sempre que possível em conjunto.

Esta Presidência registra com satisfação a presença do Vereador Eudes. E está junto com a comitiva, também, o Vereador Chico Camelo, o Valdo, do Município de Peixoto de Azevedo, que se encontram hoje nesta Capital para reivindicar a questão da Residência do DVOP no Norte de Mato Grosso, no Município de Peixoto de Azevedo.

Sejam bem-vindos e muito obrigado pela presença de vocês.

Com a palavra, no Pequeno Expediente, o nobre Deputado Hermínio J. Barreto.

O SR. HERMÍNIO J. BARRETO - Sr. Presidente, Sr^a Deputada, Srs. Deputados, para apresentar dois Projetos de Resolução de minha autoria:

1º) PROJETO DE RESOLUÇÃO:

Concede Título de Cidadão Mato-grossense
ao Sr. Ali Khalil Zaher.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, com base no que dispõe o Art. 257 do Regimento Interno desta Casa de Leis,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao Sr. Ali Khalil Zaher o Título de Cidadão Mato-grossense.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Há quarenta e dois anos chegava a Mato Grosso, oriundo de Trípoli, Líbano, o então jovem Ali Khalil Zaher.

Cheio de vida e esperança, acreditou no futuro desta Terra e, com uma visão sempre progressiva e futurista, tornou-se uns dos maiores empresários de Mato Grosso.

Tendo chegado inicialmente em Campo Grande-MS, precisamente aos 22 de dezembro de 1958, já mostrava desde cedo seu espírito de luta, tendo desenvolvido naquela cidade atividades de destaque, tais como:

- fundador do Clube Libanês;

- fundador do Clube Syriam;

- realizou trabalho junto ao Prefeito Antônio Mendes Canele em projetos de Tratamento de Água;

- Realizou trabalho junto a concessionária Wilians Brasil.

Para nossa sorte, em 1970, mudou-se para Rondonópolis, onde nesta Terra de Rondon sempre foi afeto ao trabalho consciente da empreitada empresarial num País de economia instável.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 29 DE MARÇO DE 2000, ÀS 08:00
HORAS.

Já neste rincão rondonopolitano, projetou-se no mundo empresarial e não mais parou, tendo desenvolvido e praticado as seguintes atividades:

- fundador da concessionária Chevrolet, Zaher & Cia Ltda., da qual é Diretor-Presidente até esta data;

- foi fundador do *Rotary* Leste Rondonópolis;
- foi presidente do *Rotary* Leste Rondonópolis;
- foi presidente da guarda mirim de Rondonópolis há quinze anos;
- foi presidente do Lar dos Idosos de Rondonópolis;
- recebeu o Título de Cidadão Rondonopolitano;
- foi fundador do Tênis Clube de Rondonópolis;
- foi presidente do Caiçara Tênis Clube de Rondonópolis;
- foi fundador da Loja Maçônica 10 de dezembro nº 27;
- foi Venerável Mestre da Loja Maçônica 10 de dezembro nº 27;
- foi presente da Associação Comercial e Industrial de Rondonópolis;

Durante sua gestão frente a presidência da ACIR, desenvolveu os seguintes trabalhos:

- realizou acordo com a JUCEMAT vista dos contratos sociais e alterações na ACIR;
- fez gestão para instalação do Banco da Amazônia (BASA) em Rondonópolis;
- fez gestão para aquisição de um terreno para o Ministério do Trabalho construir sua

Delegacia em Rondonópolis;

- fez gestão para agilizar a construção da agência do INPS em Rondonópolis, em terreno já doado, com a finalidade de que o contribuinte tivesse um lugar digno para ser atendido;

- fez gestão para implantação da Universidade;

- fez gestão conjunta com o CDL, obtendo da Secretaria Estadual de Fazenda, melhores condições para pequenas e médias empresas procederem seus recolhimentos;

- fez gestão em conjunto com os Clubes de Serviços de Rondonópolis, aliados ao então Deputado Afro Stefanini, no sentido de ser instalado um Frigorífico na cidade;

- proporcionou a colocação de arcos metálicos nas vias da cidade para iluminação e ornamentação em ocasiões festivas;

- providenciou inscrever a ACIR no CGC/MF;

- fez gestão junto a Prefeitura Municipal de Rondonópolis para iluminação da ponte sobre o Rio Vermelho, na BR-364;

- fez gestão junto ao Deputado Louremberg Nunes Rocha visando a pavimentação do trecho Rondonópolis - Poxoréo;

- fez campanha junto ao comércio de Rondonópolis para arrecadação de fundos para doação de equipamentos ao corpo de Bombeiros;

- promoveu a 1ª semana do consumidor em 1981;

- fez gestão junto à Câmara Municipal e a Prefeitura do Município, para que a ACIR fosse declarada de utilidade pública, o que aconteceu por intermédio da Lei Municipal nº 746, de 01 de dezembro de 1980;

- fez gestão junto a SANEMAT, para colocação de hidrantes no centro urbano, visando a prevenção de incêndios;

- fez gestão para obtenção de prazo para pagamento do IPTU junto ao município, beneficiando os empresários;

- fez gestão junto a TELEMAT para instalação de um orelhão no centro Universitário;

- promoveu a segunda semana do consumidor;

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 29 DE MARÇO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

- reformou e ampliou a antiga sede da ACIR, tendo inclusive construído salas que foram posteriormente mobiliadas;

- homenageou os empresários de Rondonópolis com a presença do então Governador do Estado, Dr. Frederico Carlos Soares Campos;

- Conseguiu junto ao Município a isenção da taxa de contribuição de melhoria pelo asfalto recebido;

- fez campanha em prol da instalação da Indústria NESTLÊ em Rondonópolis, além de outras atividades;

Como brasileiro naturalizado, passou a amar o Estado de Mato Grosso e, em especial, a cidade de Rondonópolis, adotando-a como berço natal.

Fez ainda gestões para a instalação de um ETA - Estação de Tratamento de Água na Vila Aurora; implantação do SENAI; asfaltamento da Avenida Presidente Médici e posterior iluminação.

Aqui em Mato Grosso contraiu matrimônio com Maria Regina de Oliveira Zaher, sendo que dessa união nasceu Salma Kalil Zaher.

Empresário de sucesso, é gerador de rendas, impostos e empregos.

Filho, marido, pai e cidadão exemplar.

Homem de fé humana e caridade cristã grandiosas, sempre disposto a ajudar os menos favorecidos.

No seio social, possui inegáveis qualidades que lhe são distintas, sendo orgulho para nossa Terra.

Posto isto, é o suficiente para que esta Casa de Leis, analisando este perfil e, na qualidade de representantes do povo, homenageie esta personalidade, concedendo-lhe o Título de Cidadão mato-grossense, pelo que conto com o apoio de meus nobres Pares de Parlamento.

É a nossa justificativa.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 29 de março de 2000.

Deputado HERMÍNIO J. BARRETO - PL

2º) PROJETO DE RESOLUÇÃO:

Concede Título de Cidadão mato-grossense
ao Sr. Elzio Borges Leal.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, com base no que dispõe o Art. 257 do Regimento Interno desta Casa de Leis,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao Sr. Elzio Borges Leal o Título de Cidadão mato-grossense.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Há quarenta e cinco anos, especificamente em 03 de dezembro de 1955, chegava a Rondonópolis o Sr. Elzio Borges Leal.

Oriundo do Estado de São Paulo, com apenas vinte e sete anos de idade, o jovem Elzio Borges Leal trouxe em sua bagagem uma ampla experiência no ramo do comércio de medicamentos, pois possuía uma farmácia na cidade de Pirajuí.

Em Rondonópolis, Elzio Borges Leal construiu uma folha corrida exemplar, tendo

desenvolvido naquela cidade atividades dignas de destaque, tais como:

- é, desde 1955, proprietário da Farmácia Santa Terezinha, a mais antiga da cidade;
 - foi batalhador incansável, na qualidade de tesoureiro, da Comissão Pró-Construção do Estádio Lutherio Lopes, em 1959;
 - foi sócio-fundador e vice-presidente do *Lions* Clube de Rondonópolis, em 1964;
 - foi Vice-Prefeito Municipal entre os anos de 1966 a 1970;
 - foi conselheiro da Associação Comercial e Industrial de Rondonópolis;
 - foi Presidente do Conselho Administrativo do Caiçara Tênis Clube;
 - foi componente dedicado de várias Comissões para o término da Igreja Matriz Sagrado Coração de Jesus;
 - foi Presidente do PDS de 1982 a 1990.
- Recebeu, ainda, merecidas homenagens, a saber:
- título de Honra ao Mérito pela Fundação Universidade Federal de Mato Grosso – Centro Universitário de Rondonópolis como pioneiro;
 - título de Cidadão Rondonopolitano, em 06 de dezembro de 1994;
 - comenda do Comércio do Estado de Mato Grosso "Grau de Comendador", em 16 de julho de 1998.

É casado com Heloísa A Camargo Borges Leal, sendo que dessa união nasceram três filhos:

Maria Amélia A. C. Borges Leal da Silva, casada com Luiz Roberto da Silva;
José Olavo Borges Leal, casado com Helaine Cristina Franco Borges Leal;
Renato Borges Leal, casado com Maria Cristina Borges Leal.
Tem seis netos e duas bisnetas.

Participou ativamente de vários outros movimentos sociais na cidade de Rondonópolis.

Posto isto, é o suficiente para que esta Casa de Leis, analisando este perfil e, como representantes do povo, homenageie esta personalidade, concedendo-lhe o Título de Cidadão mato-grossense, pelo que conto com o apoio de meus nobres Pares de Parlamento.

É a nossa justificativa.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 29 de março de 2000.

Deputado HERMÍNIO J. BARRETO

E, dizer ao Plenário da Assembléia que a cidade de Rondonópolis viveu na quarta-feira passada, com a inauguração do novo Estádio Engenheiro “Luthero Lopes”, um dia marcante na sua história, e registrar que a população compareceu em massa na inauguração do nosso novo Estádio de Futebol. Com certeza, nós não poderíamos deixar de comparecer, inclusive com a presença do Deputado Wilson Teixeira Dentinho, representando a Mesa Diretora, ao lado do Deputado Zé Carlos do Pátio, naquela grande festa que aconteceu na cidade de Rondonópolis, festa esta comandada pela Federação Mato-grossense de Futebol, pela Confederação Brasileira de Futebol, pela Prefeitura Municipal, através do seu Prefeito Percival Muniz e, também, da Diretoria do União Esporte Clube que tem como Presidente o Dr. Gilmar de Moura.

Então, fica aqui registrado no Plenário desta Casa o sucesso da inauguração do nosso Estádio de futebol, que era um sonho de mais de vinte anos, da Cidade de Rondonópolis. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) – Com a palavra, o nobre Deputado Gilney Viana.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 29 DE MARÇO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

O SR. GILNEY VIANA – Sr. Presidente, Sr^a Deputada e Srs. Deputados, uso a tribuna para uma comunicação breve e um comentário também breve.

A comunicação diz respeito aos trabalhos da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, que nós tínhamos programado fazer uma visita, a partir desta semana, às delegacias, ao sistema prisional, a todo sistema prisional, e o faremos. O Deputado Hermínio J. Barreto, Vice-Presidente, o Deputado Túlio Fontes, o Deputado Humberto Bosaipo, nós tínhamos combinado, mas coincidiu com outro evento, particularmente a posse do Secretário de Educação, que impossibilitou a nossa viagem, e estamos transferindo para a semana que vem, certamente.

A segunda questão diz respeito ao mesmo tema, que é tratada num editorial de hoje, do Jornal *Diário de Cuiabá*, que fala sobre o indiciamento do Coordenador do Sistema Prisional, o Dr. José Carlos de Carvalho, pelo Ministério Público, sob a “acusação”, entre aspas - porque ainda não é formalizada - de omissão diante da chacina dos presídios de Pascoal Ramos e de Mata Grande.

Eu gostaria de fazer um breve comentário, primeiro, elogiando a atitude do Ministério Público, porque o Ministério Público é um agente privilegiado para intervir nesses assuntos, quando agentes do Estado prevaricam, ou se omitem ou se, eventualmente, são lenientes com as suas responsabilidades. Segundo, nós já estamos estranhando a atitude, um tanto assim, demorada por parte do Ministério Público em tomar providências. Eu me regozijo e me penitencio pela minha ansiedade com relação ao Ministério Público, e tenho expectativa de que a apuração do Ministério Público possa oferecer uma nova visão dos fatos que não aquela oferecida pelo Secretário Hermes de Abreu e pelo Coordenador do Sistema Prisional, Dr. José Carlos de Carvalho.

Finalmente, para terminar, Sr. Presidente, eu quero deixar claro que este assunto não diz respeito apenas àqueles presos, aos agentes carcerários, à Polícia e à Secretaria de Justiça e Cidadania, diz respeito a toda sociedade, diz respeito a todos os Deputados que aqui representam o povo de Mato Grosso no Parlamento Estadual e que precisa ser elucidado, sob o risco e a pena de que nós cometamos a mesma omissão de que é acusado o Dr. José Carlos de Carvalho. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o nobre Deputado Silval Barbosa.

O SR. SILVAL BARBOSA – Sr. Presidente; demais companheiros; Deputado Zé Carlos do Pátio, 2º Secretário; Srs. Deputados, para apresentar duas Indicações:

1ª) Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Infra-estrutura e ao Presidente do DVOP, a necessidade da construção de ponte sobre os rios Sete, Zamiam e Córrego das Pedras, na Rodovia MT-170, que liga o Município de Castanheira ao Município de Juruena.

Nos termos do Capítulo II, do Título V, do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Infra-estrutura e ao Presidente do DVOP, mostrando a necessidade da construção de ponte sobre os rios Sete, Zamiam e Córrego das Pedras, na Rodovia MT-170, que liga o Município de Castanheira ao Município de Juruena.

JUSTIFICATIVA

A presente Indicação visa demonstrar a necessidade da construção de pontes sobre os rios Sete, Zamiam e Córrego das Pedras, na Rodovia MT-170, que liga o Município de Castanheira ao Município de Juruena.

As pontes sobre os rios mencionados encontram-se em péssimo estado de conservação, deixando estes municípios na iminência de ficarem isolados, o que acarretaria inúmeros

transtornos aos munícipes daquela região.

As constantes chuvas na região já danificam as estradas, o que já compromete o escoamento da safra, o que poderá ser agravado pela ausência de ponte, para transpor uma margem à outra.

Diante do exposto conto com o apoio dos nobres Pares para aprovação da presente Indicação.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 29 de março de 2000.
Deputado SILVAL BARBOSA – PMDB

2ª) Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde, a necessidade da aquisição de uma ambulância e de alocarem recursos para ampliação do centro de saúde do Município de Castanheira.

Nos termos do Capítulo II, do Título V, do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde, mostrando a necessidade da aquisição de uma ambulância e de alocarem recursos para ampliação do centro de saúde do Município de Castanheira.

JUSTIFICATIVA

Atualmente o Município de Castanheira dispõe de um hospital particular que, embora seja conveniado pelo SUS, só internam mediante o pagamento da consulta.

O Centro de Saúde Municipal tem capacidade para atender em média 100 pessoas, no entanto, chega a atender duzentas pessoas por dia, não dispondo de leitos para internar os pacientes.

Quando não há leitos suficientes no único hospital da cidade, à Secretaria de Saúde só resta a alternativa de encaminhar os pacientes ao município vizinho, arcando inclusive com o pagamento de taxi, em razão de não disporem de ambulância para tal.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres Pares para aprovação da presente Indicação.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 29 de março de 2000.
Deputado SILVAL BARBOSA – PMDB

Sr. Presidente, o que me traz aqui nesta tribuna é para cumprimentar os companheiros Vereadores lá de Peixoto de Azevedo: Eudes, Valdo e Chico. É uma honra tê-los aqui conosco!

Quero também aqui reforçar esse pleito que eles estão fazendo, que é sobre a criação da residência do DVOP na região Norte. Residência essa que já era para ter sido criada e instalada há muito tempo atrás, tendo em vista que naquela região nós temos lá, aproximadamente, 700 quilômetros de estradas que são responsáveis pelo escoamento de toda economia de nossa região, que são a MT-080, a MT-410, a MT-208 e também a MT-419.

Nós temos lá, Sr. Presidente, realmente essas MTs até hoje só mantidas com recursos das prefeituras. Infelizmente o Governo está totalmente ausente. Agora com esse Fundo que foi criado, alegando estruturar as Residências do Estado de Mato Grosso, vamos ver se realmente, pelo menos a Residência ali daquela microrregião seja uma das primeiras. É uma luta nossa antiga aqui, há um compromisso do Governador ter instalado isso ainda no início do ano passado e até então nós vemos lá o sofrimento do nosso setor produtivo, aonde os produtores de arroz chegam a vender sacas de arroz, numa época como esta, a cinco, sete reais, em função do abandono das estradas que tocam à

responsabilidade do Governador do Estado.

Então, venho aqui reforçar este pleito e pedir também o apoio desta Casa ao reivindicado por parte dos vereadores, hoje, aqui, na Capital do Estado.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Encerrado o Pequeno Expediente, passemos ao Grande Expediente (PAUSA). Com a palavra, o nobre Deputado Humberto Bosaipo (AUSENTE). Nós faremos a inversão de inscrição (PAUSA). Com a palavra, a ilustre Deputada Serys Slhessarenko (PAUSA).

Nós recebemos o pedido do Deputado Emanuel Pinheiro para que se fizesse a inversão, mas depende da Deputada Serys Slhessarenko, se ela concordar, da nossa parte não tem nenhum problema. (PAUSA). Com a palavra, a ilustre Deputada Serys Slhessarenko.

A SRª SERYS SLHESSARENKO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, os assuntos são tantos, porque está tão difícil, ultimamente, a gente conseguir a palavra no Grande Expediente e o tempo está tão exíguo no Grande Expediente, foi reduzido de 40 para 25 minutos e a gente acaba não conseguindo falar de todos os assuntos.

Eu volto aqui, num primeiro assunto que eu comecei a falar, aliás ontem eu falei, rapidamente, no Pequeno Expediente, sobre a questão da Educação.

Hoje, nós estamos vendo aí na imprensa uma zoeira danada sobre a posse do Secretário de Educação do Estado e amanhã, certamente, a zoeira não será menor com a troca do Secretário de Educação da Capital. Mas eu não consigo entender o porquê de tamanha euforia. Quem vê essa euforia fica com a sensação de que na Educação está tudo muito bem, está tudo muito bom. E não é verdade! Tanto não é verdade - eu repito aqui - que há indicativo de greve, tanto dos trabalhadores da Educação do Estado, quanto dos trabalhadores da Educação do Município de Cuiabá, ou seja, da Capital do nosso Estado. Há indicativo de paralisação nos dois setores, mas não é para não sei quando! É para o dia 10, agora! E eu pergunto: por que Dante de Oliveira e Roberto França, ao invés de estarem fazendo esse barulho tremendo com as posses dos novos Secretários, eles não estão anunciando medidas realmente concretas para reverter a situação da Educação que aí está?

Ontem eu participei de um debate com professores e muitos alunos da Escola Presidente Médici onde, Srs. Deputados, a cobrança dos alunos eram: “Os Deputados não sabem...” Atentem, Srs. Deputados, os alunos perguntavam, ontem, se nós não sabemos da iminência da paralisação dos trabalhadores da Educação para daqui a 10, 12 dias. Eu disse que nós sabíamos, que isso está na imprensa há dias. E eles perguntaram: “O que os Srs. Deputados estão fazendo para evitar?” Eu falei: Até onde eu saiba, nada!

Mas há necessidade de uma mobilização. Essa foi a resposta que eu dei aos alunos. De uma mobilização junto aos Srs. Deputados, em especial aos governistas, ao Líder do Governo, ao Líder do PSDB, à Bancada majoritária neste Parlamento. Há necessidade de que ela se posicione, que ela diga que não está tomando conhecimento daquilo que está acontecendo aí na realidade da Educação Estadual, ou então que ela diga que está trabalhando junto ao Governo do Estado numa proposta concreta para apresentar antes do dia 10, para evitar a greve, senão nós estaremos sendo totalmente omissos diante da paralisação iminente, e depois que ela acontecer, certamente, se tornará muito mais difícil.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Conceda-me um aparte, nobre Deputada?

A SRª SERYS SLHESSARENKO - Um instante só, Deputado, que eu já concedo.

Nós temos que nos sensibilizar com essa situação. Os salários dos trabalhadores da Educação estão de uma indignidade ímpar, aliás, os salários dos trabalhadores, dos funcionários públicos do Estado de Mato Grosso e da Prefeitura de Cuiabá não estão diferentes - e com certeza de outras prefeituras. Estão todos ínfimos!

E ainda agora nós ouvimos o Sr. Governador Dante de Oliveira, que no maior “descaratismo” foi na imprensa, dias atrás - eu não estou falando nem de hoje ainda - dizer que em Mato Grosso ele não teria grandes problemas, porque ele já paga o salário mínimo para todo mundo.

Gente, um Governador do Estado vir a público falar inverdades, para não dizer mentiras, inverdades desse naipe, é deprimente e depreciável! Como nós podemos acreditar num Governador - eu tenho pacotes de *holerites* do mês de janeiro e fevereiro, onde ele pagava menos de cento e trinta e seis reais, obviamente, menos que cento e cinquenta e um agora. Pagava cento e vinte e dois reais. Eu não sei também porque esse número. Cento e vinte e dois reais para centenas, milhares de trabalhadores do serviço público do Estado de Mato Grosso.

A Prefeitura também está com salários atrasados do mês de janeiro para a grande parcela dos funcionários da Prefeitura de Cuiabá, que estão vivendo com salários do século passado, do mês de dezembro de 1999.

Essas coisas têm que ser discutidas, porque a greve vem aí, e não venham dizer que são os trabalhadores da Educação os responsáveis. Os irresponsáveis, que vão deixá-la acontecer são Dante de Oliveira, Roberto França, seu secretariado e sua Bancada que sutilmente, na grande maioria, eu ressalvo aqueles que estão aqui, mas na grande maioria se retira, deixa as cadeiras vazias, porque sequer tem coragem de ouvir a verdade, porque não tem o que defender. Não tem o que defender!

E, agora, vem Dante de Oliveira dizer que, em Mato Grosso, o salário também será de cento e cinquenta e um reais, porque tem o problema do Ajuste Fiscal. Ele só deve obrigações, compromissos e só teme o FMI e o Banco Mundial, para pagamento da dívida externa ele ressalva, ele guarda, ele prioriza 20% do Orçamento desse Estado. Agora, para o restante é a miséria, é o estado de dificuldade que os trabalhadores desse Estado estão.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - V. Ex^a me concede um aparte?

A SR^a SERYS SLHESSARENKO - Pois não, Deputado. Concedo o aparte.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Deputada, eu quero aqui dizer que a Oposição tem que montar alguma estratégia política.

Veja bem, o Governo Dante é um governo intocável. Ele aumenta imposto da energia e ninguém fala nada, a sociedade suporta. Ele aumenta imposto da telefonia, de tudo. Agora aumentou imposto do boi, aumentou imposto do combustível, aumentou imposto da soja, e ninguém fala nada. Ele é intocável. Onde nós temos que miná-lo? É aqui na Assembléia. A estratégia nossa é isso.

Eu quero sugerir a V. Ex^a, Deputada, para nós fazermos uma ação, através da Educação aqui na Capital, uma vigília permanente aqui na Assembléia Legislativa, direto. Todas as Sessões, nós enchemos essas galerias e deixar o povo ordeiro do nosso Estado de Mato Grosso aqui presente permanentemente numa vigília, porque na verdade nós só vamos minar o Governo do Estado, minando os Deputados que lhes dão sustentação. Só assim, Deputada.

Eu digo isso, Deputada, porque no ano passado nós fizemos aquele ato público do ICMS da energia, eu trouxe de Rondonópolis, da Região Sul, uns seis ônibus. Mas é duro, cada vinda de pessoal de lá para cá, é um salário meu que vai no ônibus para mobilizar o povo. É difícil trazer do interior. Nós temos que trazer o povo aqui da Capital e da região para ficar em vigília permanente no Parlamento, porque assim nós vamos começar a minar. Nós só vamos resolver esse problema se minarmos os Deputados governistas. Eu estou achando que esses discursos nossos, com galerias vazias, não vão nos fazer chegar a lugar nenhum. Deputado e político têm medo de povo. Deu para entender?

Eu quero colocar a V. Ex^a uma coisa, para V. Ex^a ter uma idéia do absurdo. Nós fizemos uma coletiva a respeito desse aumento de impostos do Governador, mas não repercutiu nada. Se nós não mobilizarmos o povo para vir à praça pública e para vir aqui, como nós mobilizamos, no

ano passado, quarenta mil estudantes na porta da Secretaria de Educação do Estado, que foi a coisa mais linda que eu já vi na minha vida, nós não vamos mudar esse quadro aqui, não.

Então, eu quero aqui deixar essa observação. Muito obrigado.

A SRª SERYS SLHESSARENKO - Muito obrigada.

Eu comecei falando essa questão de salário, porque isso aí é o salário da barbárie, e depois o Sr. Dante de Oliveira vem com a cara limpa, neste Parlamento, e aqui sentado fala que Mato Grosso não tem problema de violência, que a responsável pela violência é a imprensa. Quem estava aqui lembra desse discurso, desse famigerado e infame discurso, porque a imprensa vem mostrando, de certa forma, atos muito concretos de violência no Estado de Mato Grosso, e ele a dizer que a Imprensa é a responsável pela violência. É realmente descabido demais. É realmente um Governo irresponsável demais! Um Governador que vê a todo momento - felizmente, graças à demonstração da imprensa, porque precisa ser mostrado para a sociedade - os atos de violência que estão acontecendo, porque será ele que vai ficar mais salvaguardado ainda, dizendo que não existe violência.

Tem que ser mostrado, e um Governador que vê a cada dia que se passa atos maiores e maiores de violência, principalmente contra os jovens. Temos aí marcadas várias caminhadas contra assassinatos vis e covardes de jovens e o Governo desse Estado se mantém dizendo que em Mato Grosso não há violência. É claro que ele tem que dizer que não há violência, porque ele é um dos promotores da violência! Dante de Oliveira, eu afirmo categoricamente, é dos promotores da violência no Estado de Mato Grosso. E alguém me prove o contrário. Quem mais desemprega aqui em Mato Grosso? Quem mais aumenta impostos aqui em Mato Grosso? Quem mais sacrifica a população, com o pagamento de impostos aqui em Mato Grosso? Quem taxa o salário mínimo em 151 reais em Mato Grosso? Tem nome, sim, Senhores, chama-se Dante de Oliveira, agrupado com Fernando Henrique Cardoso e ajoujado com Roberto França. Todos esses três são políticos do PSDB. Políticos que defendem cada vez mais assaltar o bolso da população, aumentando o preço da energia, o preço do IPVA, da telefonia, taxando a cesta básica...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Conceda-me um novo aparte, Deputada?

A SRª SERYS SLHESSARENKO - .. cada vez mais e nós aqui ouvindo os disparates do tipo que ele vem dizendo, que não sabe que violência é essa. "Mato Grosso não tem violência. É um dos menores índices de violência." - Isso é o discurso dele. "O responsável por este auê de violência em Mato Grosso é a imprensa de Mato Grosso."

Senhores, vamos pedir a este Senhor, o Governador deste Estado, que crie brio, que crie responsabilidade e pare de falar coisas desse tipo publicamente. Que assuma que o promotor, quem faz a violência neste Estado, é ele, sim. Porque gente sem emprego é violência, por mais que essas pessoas não estejam cometendo violência, elas estão sendo violentadas. A pessoa sem trabalho, sem condições dignas de dar comida para a sua família, dar moradia, condições de saúde, educação e outras mais para a sua família, ver o seu filho morrendo na porta do Pronto-socorro e dos hospitais por falta de assistência na área da saúde, essa pessoa está sendo violentada, sim, e quem está violentando é o órgão público, são os Executivos deste País, deste Estado, desta Capital, deste Município, em especial. São eles, sim, os promotores da violência contra essas pessoas. Quanto mais gente nós desempregamos, mais violência gera das duas formas, você, Poder Público, gera violência contra a pessoa que você desempregou e a pessoa desempregada está sujeita a cometer atos de violência pelo estado de necessidade que paira sobre ela. Portanto, são os promotores da violência, sim, e agora...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - V. Exª me concede um novo aparte, nobre Deputada?

A SRª SERYS SLHESSARENKO - Pois não, Deputado, porque eu preciso já entrar num outro assunto.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Eu queria só fazer uma ilustração. Quer dizer, a imprensa

cumpriu um papel fundamental, inclusive, na discussão dessa questão da Segurança Pública e da violência em Mato Grosso. O Governador teve a audácia de culpar os meios de comunicação por essa situação, e eu acho que nós temos que apresentar uma moção de repúdio contra o Governador por ele ter essa audácia, até porque, numa pesquisa feita no Brasil inteiro, constata que Cuiabá é a terceira Capital mais violenta do Brasil.

O SR. EMANUEL PINHEIRO (FORA DO MICROFONE) - Só perde para Recife e Vitória!

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Só perde para Recife e Vitória, está aqui afirmando o Deputado Emanuel Pinheiro.

Quer dizer, o povo cuiabano e o povo mato-grossense não têm segurança nenhuma, Deputada Serys.

Então, eu quero deixar essa ilustração e nós vamos ter que apresentar uma moção de aplausos aos meios de comunicação, que vêm mostrando a realidade de um quadro tão tétrico que está aí a Segurança Pública no Estado de Mato Grosso. E acho que a Assembléia Legislativa vai pagar um preço caro por essa omissão, porque a Assembléia está omissa, ela não está participando de nada, ela não está contribuindo com nada, muito pelo contrário, isolou a Bancada de Oposição, onde nós não podemos participar nem mais da Comissão de Segurança Pública, da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento, da Comissão de Constituição e Justiça, da Comissão de Redação, isolando as Oposições para que o patrolamento seja maior.

Então, eu quero parabenizar o discurso de V. Exª e dizer que V. Exª está com toda razão.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Deputada Serys Shlessarenko, eu gostaria apenas de pedir licença a V. Exª. Com certeza o seu tempo estará garantido também.

Nós temos aqui a visita dos alunos da 3ª e 4ª Séries do Ensino Fundamental da Escola “Virgínio Nunes Ferraz”, do Município de Barão de Melgaço, pelo programa *Por Dentro do Parlamento*, da Secretaria de Imprensa. Eles estão acompanhados pelos Professores Adilson Nunes Nascimento e Célio Rafael Nunes de Oliveira.

Deputada Serys, apenas para dizer que são crianças de 7, 8, 9, 10 anos, e que estamos muito felizes com suas visitas. Gostaríamos de parabenizar inicialmente os professores que estão acompanhando os mesmos e, também, dizer a essas crianças que nós, Deputados, fizemos uma pesquisa aqui hoje, eu, pelo menos conheci o plenário de uma Assembléia com 33 anos e vocês, com essa idade, já têm essa oportunidade. Tenho certeza de que isso ficará marcado na vida de vocês, essa oportunidade que vocês estão tendo hoje, aqui neste plenário, de assistir a um debate que enriquece, com certeza, esse debate que a Deputada Serys está fazendo e que os demais Parlamentares irão discutir ao longo desta Sessão. Portanto, nós os cumprimentamos pela presença!

Também quero registrar a presença do Vereador Mário Porfírio, da Cidade de Pedra Preta, a pedido do nobre Deputado Hermínio J. Barreto.

Eu agradeço, Deputada, e V. Exª continua com a palavra.

A SRª SERYS SLHESSARENKO – Muito obrigada.

Eu gostaria de saudar essa moçada de Barão de Melgaço e dizer que, infelizmente, as cadeiras azuis estão quase vazias, mas cada cadeira dessa é de um Deputado.

Eu gostaria de continuar, como nós já falamos aqui, sobre a questão da Educação, falamos sobre a questão da violência de forma bastante rápida, temos dados, muitos dados a respeito, mas o nosso tempo é curto e nós precisamos falar ainda um pouco de outro tema que selecionamos para esta manhã, que é a questão do aumento dos impostos. É uma situação insustentável e insuportável de pagamento de impostos! Nós pagamos impostos por tudo neste Estado!

E Dante de Oliveira, de uma forma famélica, até eu diria, desesperadora, ele assalta o nosso bolso a cada dia que passa, porque assalto terrível é aquele que nos põe uma arma e nos tomam alguma coisa! Mas esse, pelo menos, a gente pode ir à Polícia dar queixa e, de repente, ver aquele sujeito pagando por aquele crime que fez. Agora, o assalto que Dante de Oliveira faz nos nossos bolsos todos os dias, infelizmente, a gente não tem a menor chance, pelo menos por enquanto não temos conseguido, estamos buscando e eu não vou desistir de puni-lo - de puni-lo! Dante de Oliveira tem que ser punido.

A questão de ICMS da energia que, infelizmente, foi aprovada por esta Assembléia Legislativa pela maioria dos Deputados que apóiam o Governo do Estado, cada um de nós que tem os bicos de luz em casa, uma geladeira, um ferro elétrico, um ventilador e algumas coisas mais, pagava 17% de ICMS. Ele mandou para cá, no dia 30 de dezembro de 98, há um ano e pouco, aquele famigerado Projeto de Lei aumentando o ICMS da energia para 30%. Foi na calada da noite, na madrugada, aprovado pela maioria dos Deputados governistas do PSDB, esse Partido que só fala de aumento e assalto ao bolso da população como um todo, aumento de impostos a todo momento, um atrás do outro.

E nós que pagávamos 17% de ICMS de energia, hoje, temos um aumento para 30%, que não é 30%, porque agora eles inventaram uma nova moda e aí já é roubo! Até 30% é “legal”, muito entre aspas - para mim é “legal” entre aspas! Foi aprovado pela maioria dos Deputados, eu não posso dizer que é ilegal, mas para mim é imoral, é indevido.

Eu pergunto aqui, principalmente para essas crianças que estão nas galerias: o que é mais importante hoje na sua casa? Energia elétrica, luz elétrica... Vocês preferem ter luz elétrica ou pinga, na sua casa? Vocês preferem ter luz elétrica! Qual é o outro produto que está com 25%, agora me fugiu... Ah, arma de fogo, pinga e cigarro. Cigarro! Cigarro e pinga pagam menos ICMS do que a energia! Pinga, que faz tanto mal, que a gente tem que abominar, odiar, porque as pessoas bebem, se transformam, ficam violentas, taí a violência...

Arma de fogo que faz tanto mal, cigarro faz mal à saúde, o Ministério da Saúde comunica...

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE – FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) – Informo a V. Ex^a que dispõe de três minutos para encerrar o seu pronunciamento.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO – Muito obrigada, não serão suficientes, com certeza, mas, paciência..

São produtos que fazem mal à saúde, que fazem mal à sociedade, esses produtos Dante de Oliveira deixou a 25%! E a energia elétrica tão necessária hoje... Diz que liberou alguns projetos aí para fazer irrigação no meio rural para produzir, só que a irrigação precisa de energia!

Instalaram esses aparelhos de irrigação e quem instalou, suspendeu o Projeto Irrigação, porque não pôde pagar energia, Senhores! Isso é brincadeira, é jogar dinheiro fora, é falta de coerência, colocando o próprio dinheiro público fora! Mas até 30%... Nós precisamos derrubar o Projeto de Lei que o Governo aprovou aqui. E os Deputados podem fazer isso a qualquer hora, porque tem um Projeto de minha autoria tramitando aqui, só basta os Deputados quererem, terem vontade. Se quiserem podem derrubar já os 30%. Agora, os 30%, como eu disse, eu discordo, mas foi aprovado pela maioria daqueles que defendem o Governo aqui, com o meu voto contra e de muitos outros Deputados da Oposição, mas infelizmente perdemos. Agora, 42.85% é roubo! É roubo! E contra isso nós estamos lutando na Justiça.

E Dante de Oliveira, que se acha o faraó, o rei do mundo, está tentando, está na imprensa de hoje - eu li só a pequena manchete, quero buscar maiores detalhes...

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) -

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 29 DE MARÇO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

Informo à oradora que o seu tempo se encontra esgotado.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO - V. Ex^a me concede mais um minuto para que eu possa concluir o meu raciocínio?

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Eu concedo mais um minuto a V. Ex^a, ilustre Deputada.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO - Na imprensa de hoje está dizendo que via Procuradoria o Governador do Estado está tentando derrubar, via mandado de segurança, todas as petições que nós estamos protocolando junto ao Juizado Especial do Consumidor, contra o aumento da luz e que ele está movendo um Mandado de Segurança contra a Juíza que está recebendo as nossas petições.

Senhores, é o faraó - como já foi dito aqui -, ele manda e desmanda sobre tudo e, o que é pior, sobre o destino e a vida das pessoas deste Estado. E nós não vamos permitir isso, não!

Infelizmente este plenário está quase vazio, isso é um péssimo exemplo para as crianças que estão aqui vendo.

Parabéns a vocês que estão aqui, crianças! Muito obrigada (PALMAS DAS GALERIAS).

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, eu quero fazer a inversão de inscrição com o Deputado Emanuel Pinheiro, Líder da Bancada do PFL. E na oportunidade quero registrar também a presença das crianças que estão aqui - nós ficamos muito felizes - de Barão de Melgaço, a professora, o Vereador Mário e as Lideranças de Pedra Preta. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Defiro o pedido de V. Ex^a e faremos a inversão de inscrição.

Portanto, com a palavra, o nobre Deputado Emanuel Pinheiro, que dispõe de 19 minutos.

O SR. EMANUEL PINHEIRO - Muito obrigado Sr. Presidente, muito obrigado Deputado Zé Carlos do Pátio, pelo espírito democrático.

Quero aqui ressaltar que o Líder da Bancada do PFL, hoje, é o Deputado Moacir Pires e o Vice-Líder é o Deputado Joaquim Sucena. Eu sou ex-Líder.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu também gostaria de, nessas saudações a este Plenário, registrar a presença do ex-Vereador de Cuiabá Euclides Maciel da Cruz que, por dois mandatos, foi Vereador naquela augusta Casa de Leis da população cuiabana, e que muito honrou o nosso Parlamento, o meu querido primo e amigo Vereador Euclides Maciel da Cruz.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a partir desta data, pelo menos uma vez por semana, estaremos ocupando a tribuna deste Parlamento para ressaltar assuntos relevantes a nossa proposta, ao nosso programa de governo em relação à nossa pré-candidatura à Prefeitura da Capital. Uma vez por semana estaremos debatendo, nesta augusta Casa do Povo, nesta honrosa tribuna, assuntos pertinentes diretamente à comunidade cuiabana que afetam e que afligem o nosso povo e a nossa gente e qual a proposta ou qual o debate que será levantado sob o comando do PFL e do seu pré-candidato a Prefeito. o Deputado Emanuel Pinheiro.

O tema de hoje, Deputado Pedro Satélite, é o projeto para a Segurança Pública, que sofre índice alarmante e preocupante, que amedronta e aterroriza a comunidade cuiabana, como bem colocou a Deputada Serys Slhessarenko e outros colegas que aqui se pronunciaram. Sem sobra de dúvida, a sociedade cuiabana, hoje, entre tantas necessidades, entre tantas reivindicações, vê na Segurança Pública a maior ausência do Poder Público e a total ineficiência do Estado. E queremos

levantar este tema, este debate, na manhã de hoje, baseado em uma proposta concreta, Deputado Pedro Satélite, que apresentamos, no final do ano passado, na presença de V. Ex^a e do Deputado Humberto Bosaipo, que nos acompanharam até o Palácio Paiaguás, quando entregamos esta proposta ao Governador Dante de Oliveira. Uma proposta que chama “Cuiabá Cidade Segura”, que já é um grito de alerta do Deputado Emanuel Pinheiro e do nosso Partido e uma posição clara e definida sobre o caos que reina na Segurança Pública da nossa Capital. Imediatamente o Governador do Estado despachou, com um pedido de urgência ao Secretário de Segurança Pública, para dar um parecer sobre este Projeto, e o Secretário já nos convocou para uma reunião, dizendo ter aprovado várias das nossas iniciativas e grande parte dos nossos estudos para poder implantar definitivamente, não a salvação total da segurança pública, mas, pelo menos, o início de um debate público sobre esse caos que amedronta, que aterroriza a população cuiabana.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a nossa proposta tem como base a proposta do Governador Anthony Garotinho, do Rio de Janeiro, “Rio segurança máxima”, que, por sua vez, se inspirou na “teoria da janela quebrada”, do Prefeito de Nova York, que é “Nova York tolerância zero”. Ou seja, um pequeno delito é cuidado e tratado, inclusive penalmente, como se fosse para se evitar um grande delito. A “teoria da janela quebrada”, como se pronunciou o Prefeito de Nova York, tem como lema, segundo as palavras do Prefeito de Nova York: “Um pequeno crime não punido acaba abrindo caminho para a generalização da criminalidade. O objetivo é atacar pequenos delitos e dessa maneira combater o crime em toda a sua extensão”.

Sr. Presidente, esta simples e simplória filosofia não passa única e exclusivamente por punir um pequeno crime, mas, sim, por um investimento amplo na educação, na saúde e em outros paradoxos da nossa sociedade que conseguem colocar Cuiabá, hoje, como uma das capitais mais violentas do País.

Após um crescimento desordenado nas duas últimas décadas, Cuiabá, além do crescimento desestruturado e desorganizado, não teve, por parte do Poder Público, uma demanda suficiente para atender os anseios de milhares de famílias, de milhares de migrantes que vinham para a nossa cidade para poderem aqui, em busca de um novo eldorado, conseguirem oportunidades de emprego e uma vida digna. E isso associado ao problema cultural da falta de investimentos na saúde, de uma precária estrutura da segurança pública, onde apresentamos aqui, Srs. Deputados, um levantamento completo do caos em que se encontra o aparelhamento da Polícia Militar para atender a Capital do Estado.

Só a título de esclarecimento, eu vou ler a fase final da nossa proposta:

Quarenta e nove por cento do efetivo policial possuem mais de dez anos de Polícia, sendo que noventa e dois por cento possuem mais de cinco anos, demonstrando a pouca renovação do nosso efetivo policial militar. Com relação ao tipo de serviço executado, detectamos um grande efetivo destinado ao setor administrativo, cerca de 25%, deixando claro que um sistema desburocratizado e informatizado pode liberar um número maior de policiais para as atividades de patrulhamento e guarda.

Outro dado interessante diz respeito à escala de serviço, que para 55% dos policiais pesquisados é de 24 por 48 horas, ou seja trabalho de 24 horas para cada folga de 48 horas. Jornada de trabalho estafante que, com certeza, prejudica o rendimento dos policiais. Não é à toa que os sintomas de cansaço são identificados por 31% dos policiais nas seis primeiras horas de trabalho e por 34% nas oito primeiras horas, perfazendo um total de 65% do efetivo sentindo sintomas de cansaço antes de inteirar a nona hora de trabalho. A maior consequência da intensa jornada de trabalho são 79% dos policiais entrevistados, que já se licenciaram para tratamento de saúde. Um número muito elevado se comparado a outras profissões.

Isto é apenas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a ponta do *iceberg*, onde mostra que,

pelo menos, na estrutura da Polícia Militar, que tem a obrigação do patrulhamento e do policiamento ostensivo, não há sequer uma digna condição salarial para que eles possam dar a sua vida em nome da segurança pública, mas, principalmente, há uma estafante jornada de trabalho que precisa ser revista, caso contrário continuaremos com o mesmo caos e a mesma ineficiência da Polícia Militar no combate à segurança na nossa Capital.

A Sr^a Serys Slhessarenko - V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. EMANUEL PINHEIRO - Com todo o prazer.

A Sr^a Serys Slhessarenko - Obrigada, Deputado.

Eu concordo totalmente quando V. Ex^a coloca a importância das condições de trabalho para a existência de segurança pública. Há necessidade, nós discutimos, de uma Polícia extremamente preparada, muito diferente de todo o preparo que está por aí. Não é uma Polícia para o ataque, mas uma Polícia preventiva, realmente preparada para isso, com condições de trabalho, com salários dignos, que estejam dentro das condições, etc, etc.

Eu gostaria de fornecer mais um dado para V. Ex^a, que está dentro desse conjunto, também, que até já discutimos aqui, há dias atrás, com o Secretário de Justiça. Eu acho que é importante repassar a V. Ex^a este dado. Por exemplo, a questão dos presídios, que é uma questão terrível. Eu perguntei aquele dia ao Secretário quantos carcereiros existem, qual o preparo. Não há preparo nenhum! É preparo de dois, três dias, e o salário lá embaixo. Quer dizer, as pessoas estão colocando não é a cara a tapa, mas estão colocando a cara a tiros, sem preparo e sem condições de trabalho.

Vamos ver dois dados aqui: “Presídio do Carumbé - total de presos - 629; número de vagas - 216.” Quer dizer, há três vezes o número de presos, depois não sabe por que acontece as rebeliões... Pegue: dos 629, 568 não foram a julgamento ainda, Deputado. Então... Aí entra um outro fator na nossa segurança, que é a questão da Justiça. Como é que fica o Judiciário nessa história? Porque segurança não se faz só com polícia. Secretaria de Justiça, de Segurança, etc, são partes, e eu diria que pequenas partes. Política de segurança é muito maior.

A questão do Pascoal Ramos, por exemplo: “362 presos; número de vagas - 182.” E para V. Ex^a ficar mais estarrecido, o Presídio do Pascoal Ramos, por exemplo, tem uma área construída de três mil e oitocentos metros quadrados. V. Ex^a sabe quantos metros são destinados aos presos? Mil e seiscentos! Sabe quantos metros quadrados são destinados à administração do Pascoal Ramos? Dois mil duzentos e cinquenta metros quadrados. O dobro do que é destinado aos presos é destinado para a administração. Nada bate com nada na Segurança Pública do Estado. Muito obrigada.

O SR. EMANUEL PINHEIRO - Sr. Presidente, inclusive, vinte, vinte e cinco minutos representam muito pouco para podermos debater assunto de tamanha complexidade. Mas como nós já temos uma espinha dorsal, uma proposta concreta para levantar esse debate de forma mais profunda, eu vou utilizá-lo e utilizarei uma vez por semana para debater todos os assuntos que afligem a nossa sociedade e a proposta nossa como programa de Governo.

Eu agradeço o aparte da Deputada Serys, que mostra números alarmantes daquilo que deveria ser o centro de reeducação, de reintegração do delinqüente, do marginal, do bandido à nossa sociedade, mas ele está funcionando como fábrica de bandidos sem nenhuma dignidade, sem nenhuma tolerância por parte de uma política mais humana para realmente recuperar o cidadão.

Portanto, Sr. Presidente, é necessário, e eu sugeri isso ao Governador, que ele determine a formação de uma Comissão paritária, do Poder Executivo, do Poder Legislativo e Judiciário, para acompanhar de perto a instalação no Governo de um Programa “Rio Segurança Máxima” para adequá-lo à realidade da Baixada Cuiabana e de todo Estado de Mato Grosso. Infelizmente, parece que isso não foi feito, e nós vamos fazer a nossa parte aqui em Cuiabá.

Alguns pontos foram levantados pela Câmara Municipal de Cuiabá, num amplo debate setorizado sobre a segurança pública e, dentre alguns pontos, existem alguns que concordamos e nós queremos fazer algumas ressalvas. Consta do nosso programa de Governo a Guarda Municipal. Mas nós temos que ter um cuidado muito grande, Deputado Pedro Satélite, quando falarmos sobre Guarda Municipal. Não podemos criar mais um efetivo de policiais, ou de policiamento para que sirva de cabide de empregos e aumente o grau de corrupção e envolvimento da polícia em desmandos, em delinquência. Precisamos, sim, de uma polícia realmente aparelhada, de uma guarda realmente estruturada, de uma guarda realmente treinada para colaborar no combate preventivo à questão da segurança pública. Uma guarda com esse perfil só encontramos como modelo nas cidades de Betim e Goiânia. A nossa equipe já está nessas duas cidades para que possamos trazer propostas concretas para adequá-las a Cuiabá, porque a decisão política de se constituir uma Guarda Municipal que tem um contato direto com a comunidade, isso já existe, isso já faz parte do programa de Governo, mas jamais poderemos, de forma irresponsável, criar mais uma estrutura policial que não tenha um preparo adequado para o trabalho da polícia preventiva, ou da política da segurança preventiva da nossa Capital. E como disse, como publicou o próprio jornal *Folha do Estado*, em 15 de setembro, e a *Gazeta*, em 22 de outubro, necessário se faz a melhoria do relacionamento entre a polícia e a comunidade. Por isso, a nossa preocupação primordial com a Guarda Municipal é que ela sirva realmente de um elo cada vez mais forte e profundo com policiamento preventivo e a comunidade. É essa a nossa intenção e que já consta do programa de Governo.

Portanto, Sr. Presidente, com a escassez do tempo, quero ler a conclusão do nosso Projeto, que vou encaminhar cópia para toda Imprensa e para todos os colegas Deputados, para todas as autoridades, para que possam nos ajudar neste debate que abrimos nesse momento.

“Conclusão”, Sr. Presidente, Srs. Deputados:

“Implantar políticas de segurança pública não é uma tarefa fácil. Modificar o rumo das políticas pouco eficientes já implantadas é tarefa ainda mais difícil.

Aqui traçamos um documento com o objetivo de abrir o debate e não de encerrá-lo, maiores discussões sobre a Justiça Criminal que envolvem o trâmite burocrático de tribunais, o rigor ou não de artigos do Código Penal são itens que precisam entrar na pauta de discussões que abordam o tema violência. Não fora aqui tratado por envolver uma questão mais específica para doutores da matéria. No entanto, não houve perda de análise, já que a idéia deste documento é justamente a de propor políticas conjuntas entre Estado e sociedade, na busca de soluções para o problema. A diversidade de tipos e graus de crimes praticados numa cidade igual a nossa são enormes o que, às vezes, dificulta a elaboração de políticas isoladas de combate à violência. Talvez um caminho que tem encontrado maior sucesso é o que está ligado às ações conjuntas envolvendo toda a sociedade, quando o Governo aumentar gastos no treinamento e aparelhamento de sua polícia.

Campanhas de desarmamento e antidrogas podem estar sendo realizadas, num plano preventivo e paralelo. Mais do que isso, ações de política social podem estar sendo efetuadas nas regiões de maior violência dentro da cidade, procurando principalmente aumentar a renda dessa população. Mais ainda do que isso, existe algo de extrema importância e que tem sido essencial na maioria das políticas de segurança que tem gerado bons frutos, o bom relacionamento entre polícia e comunidade.

Finalizando, é importante ressaltar que não existe uma fórmula mágica para a solução do problema e que toda e qualquer política de combate ao crime, à violência urbana só terá efeito a longo prazo, mas tem que ser começado agora. Tem que ser dado início agora, o pontapé inicial. Não podemos esperar para depois ou para o futuro próximo, ou esperar que mais pais de família sejam barbaramente assassinados a cada fim de semana em Cuiabá, sem uma política de segurança justa e

eficiente que seja realmente realizada na nossa Capital.”

Aqui, Sr. Presidente, a abertura de um debate que o PFL apresenta, que a nossa candidatura a Prefeito apresenta com propostas concretas e dez pontos que vamos aqui realçá-los.

“Aumento do efetivo policial, civil e militar; reciclagem urgente dos policiais, através de caráter educativo; realização de programas educativos na mídia; formação da guarda municipal; mudança da lei do menor em nível de Congresso, inclusive propor que a maior idade seja atingida aos dezesesseis anos; combater o tráfico de drogas nas escolas colocando policiais com dedicação exclusiva e devidamente treinados; integrar a polícia civil e militar no processo em fase embrionária de discussão no Congresso Nacional; descentralizar as delegacias, estruturando-as para o seu funcionamento nos bairros; criação de complexos policiais nas quatro regiões de Cuiabá, aproximando polícia do cidadão; curso profissionalizante para jovens em todas as escolas de Cuiabá e aumento da carga horária do ensino religioso”.

Como podem ver, Sr. Presidente, Srs. Deputado, o problema da segurança pública não passa exclusivamente pela vontade dos Deputados, dos Vereadores, do Prefeito ou de candidatos a Prefeito ao Governo, passa por uma conscientização de toda a sociedade e de medidas práticas que têm que ser executadas pelos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, pela Câmara Municipal, pela Assembléia Legislativa e pelo Congresso Nacional, e principalmente com a participação ativa e efetiva de toda a sociedade. Voltaremos ao assunto em outra oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Encerrado o Grande Expediente, passemos à Ordem do Dia.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, solicito que todas as Indicações sejam votadas englobadamente, até porque todas são de interesse público, de interesse da comunidade, nenhuma fere os interesses da nossa sociedade.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Deferido, nobre Deputado.

Em discussão todas as Indicações apresentadas nesta Sessão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovadas. Vão ao Expediente.

Moção de Louvor de autoria do Deputado Humberto Bosaipo, ao Sr. Benjamin Franklin e equipe pela edição do jornal “Tribuna dos Bairros”.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Requerimento de autoria do Deputado Gilney Viana solicitando informações ao Sr. Nuremberg Borja de Brito, Diretor-Presidente da REDE/CEMAT, indagando sobre os municípios onde são cobradas a TIP - Taxa de Iluminação Pública.

Em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Requerimento de autoria do Deputado Riva, à Mesa Diretora, solicitando a convocação de Sessão Solene para comemorar os 500 anos do Brasil, a ser realizada no dia 20 de abril de 2000, quinta-feira, às 09:00 horas, no Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares.

Em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Requerimento de autoria da Deputada Serys Slhessarenko, solicitando a convocação de audiência pública, a ser realizada no dia 05 de abril de 2000, às 15:00 horas, nas dependências da

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 29 DE MARÇO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

Assembléia Legislativa, para debater as perdas salariais dos Profissionais de Educação Pública do Estado de Mato Grosso.

Em discussão o Requerimento...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Solicito a palavra, para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, para discutir, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu só queria fazer uma observação, Deputada: nós estamos entrando com um Requerimento solicitando que a criação de uma Comissão na Assembléia para discutir essa questão salarial dos servidores. Então, eu quero ver se há possibilidade de nós somarmos forças na Assembléia, falarmos com o Deputado Pedro Satélite, Presidente em exercício, com o Deputado Riva, para que realmente somemos forças nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Continua em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Requerimento de autoria do Deputado Zé Carlos do Pátio, à Mesa Diretora, solicitando a convocação de audiência pública no Município de Rondonópolis, com o objetivo de discutir a instalação dos cursos de Enfermagem, Ciências da Computação e Psicologia no *Campus* Universitário da UFMT, na segunda quinzena do mês de abril.

Em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Requerimento de autoria do Deputado Zé Carlos do Pátio, à Mesa Diretora, solicitando a constituição de uma Comissão Especial para discutir o reajuste salarial dos servidores públicos estaduais, de acordo com o disposto no Art. 37, inciso X da Constituição Federal, pelo prazo de 90 dias.

Em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Hermínio J. Barreto, à Mesa Diretora, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei nº 194/88, que anexa ao Município de Rondonópolis a localidade denominada Alto Pantanal, pertencente ao Município de Santo Antônio do Leverger; define os limites da área a ser anexada e redefine os limites dos referidos municípios, determinando a reconstituição do citado projeto e sua normal tramitação, por ser o requerente autor da matéria.

Em discussão o Requerimento...

O Sr. Emanuel Pinheiro – Sr. Presidente, solicito a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) – Com a palavra, para discutir, o nobre Deputado Emanuel Pinheiro.

O SR. EMANUEL PINHEIRO – Sr. Presidente, nobres Deputados, eu até conversava agora há pouco com os Deputados Hermínio J. Barreto e Zé Carlos do Pátio sobre essa iniciativa antiga do então Deputado Estadual Hermínio Barreto, de querer tomar para Rondonópolis uma área denominada Alto Pantanal, pertencente ao grandioso e tradicional Município de Santo Antônio do Leverger.

Poderemos começar aqui, Sr. Presidente, um grande debate, uma grande discussão sobre o que a Baixada Cuiabana representou para o progresso e o desenvolvimento de toda região do Estado. Somos uma região rica e tradicional, fundada em 1719, portanto, com quase 300 anos de existência, que prescindimos do desenvolvimento para rasgar o Norte e o Leste do nosso Estado, em termos econômico e social.

Se nós pegarmos a rodovia que liga Leverger a Barão de Melgaço, rodovia tão

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 29 DE MARÇO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

importante quanto outras, de quase 200 anos de existência, vemos que agora se começa, através do Programa BID/Pantanal, por grande pressão de organismos internacionais, a se pensar na pavimentação de uma rodovia secular. E, agora, quantas outras rodovias existentes há cerca de 15, 20 anos no Norte e Leste do Estrado, que já encontraram o progresso e desenvolvimento de uma região que ajudou, sem sombra de dúvida, na economia do nosso Estado?

Isso se deve, Deputado Pedro Satélite - V. Ex^a que muito bem representa o Norte do Estado - ao espírito de desprendimento e ao espírito cívico do povo cuiabano e de toda a nossa região da Baixada Cuiabana! Por longos quase 300 anos, Cuiabá não conheceu a independência energética! E com cerca de 25 anos de existência, o Nortão do Estado já ganhou o Linhão, que tem levado o progresso e o desenvolvimento para toda uma região! É injusto que depois que Cuiabá abriu mão do seu progresso, do seu desenvolvimento, que a nossa região abriu mão do seu progresso, do seu desenvolvimento para a explosão econômica do nosso Estado, queiram agora redefinir o mapa geográfico da nossa região!

Se é para se começar um debate dessa natureza, vamos redefinir todo o mapa geográfico do Estado de Mato Grosso, vamos resgatar para Cuiabá o que nós demos para todas as demais regiões do Estado, vamos resgatar para a Baixada Cuiabana os anos e anos de investimentos que tiraram daqui, de investimentos para o nosso povo e a nossa gente, para se investir em regiões como Alta Floresta, Sinop, Colíder e todo Nortão do Estado, em regiões como Rondonópolis, Itiquira e toda região Leste e Sul do nosso Estado.

Agora, Deputado Baú, representante de uma região pobre e miserável de Mato Grosso como a sua, esses “novos ricos” do nosso Estado querem tomar de Santo Antônio do Leverger, Município que hoje começa a conseguir dignidade para sua gente, pavimentação asfáltica, investimento social, independência energética - municípios dos mais tradicionais, com a grande, rica e linda história da região pantaneira...

Se o problema é administrativo, por questões de distância da sede, de quase trezentos quilômetros, isso se resolve nas urnas, Deputado Pedro Satélite! Vamos colocar prefeitos comprometidos com a região interiorana do seu município.

O ex-prefeito Faustino Dias Neto, do nosso Partido, o PFL, quando foi Prefeito daquele município de 92 a 96, por várias vezes levou a administração de Leverger para essa distância, para essa região longínqua do Alto do Pantanal, levou a sua administração e por lá despachou várias vezes; levou trezentos metros de ponte e mais de cinco mil horas de trator de esteira, atendendo os produtores e os índios daquela região. Se a atual administração não está fazendo nada, não é culpa do povo do Leverger que agora, nas eleições de outubro, poderá resgatar a dignidade e o compromisso com a região do Alto do Pantanal. Agora, a simples distância de uma região interiorana, de uma região rural da sede do município não é argumento, Deputado Pedro Satélite, para se tomar de Santo Antônio do Leverger uma das regiões que mais lhe dão garantia de arrecadação. Leverger já é pobre e está crescendo com muita dificuldade, não poderá ficar mais pobre e miserável por uma postura inconsequente da Assembléia Legislativa...

O Sr. Carlos Brito - V. Ex^a me permite um aparte, nobre Deputado.

O SR. EMANUEL PINHEIRO - Com muito prazer, Deputado Carlos Brito.

O Sr. Carlos Brito - Deputado Emanuel Pinheiro, V. Ex^a toca numa questão que numa Sessão anterior tive a oportunidade de registrar...

O SR. EMANUEL PINHEIRO - Aliás, um grande representante da nossa região também.

O Sr. Carlos Brito - Muito obrigado.

E exatamente eu colocava aos Deputados Hermínio J. Barreto e Zé Carlos do Pátio a

necessidade de discutirmos mais amiúde essa questão territorial dos limites que incluem Santo Antônio do Leverger. Eu acho que é providencial a manifestação de V. Ex^a, para que isso ocorra da melhor maneira possível.

Só para efeito de registro, gostaria de dizer que uma vez eleito também Deputado Estadual estamos procurando fazer a nossa parte a nível estadual e incluindo aí um trabalho que temos feito pelo Município de Santo Antônio do Leverger. Muito obrigado.

O SR. EMANUEL PINHEIRO - Grande Deputado Carlos Brito...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - V. Ex^a me permite um aparte, nobre Deputado.

O SR. EMANUEL PINHEIRO - Com muito prazer eu vou conceder, antes só quero responder ao brilhante Deputado Carlos Brito, Deputado representante da nossa região, com grande votação na Baixada Cuiabana, que é hora de nos unirmos, independente do colorido político-partidário. Nós não podemos aceitar mais tanto massacre à nossa região. Se o problema, se o argumento é a simples questão de distância, vamos redefinir todos os mapas geopolíticos ou geográficos de Mato Grosso.

Deputado Pedro Satélite, quantos municípios V. Ex^a representa aqui nesta Casa em que a área rural é longe, é muito distante da sede do município? Isso é uma questão administrativa! Se esse pensamento prevalecer, nós vamos ter que emancipar o Coxipó, emancipar aqui, vamos viver em pequenos conjuntos de condomínios habitacionais. Nós precisamos ter uma visão maior, em que cada administração pública tenha maior responsabilidade com os seus representantes. Se deu certo de 93 a 97, com a administração do PFL, de Faustino Dias Neto, por que entregar a Rondonópolis, que é uma região rica e que dá dividendos de renda para o município?

Eu não aceito, Sr. Presidente! É discriminação com Cuiabá, é discriminação com a Baixada Cuiabana e repito, grande Deputado Zé Carlos do Pátio, durante anos abrimos mão para o Estado se desenvolver e, hoje, estão querendo começar o processo de retalhamento da nossa região, a começar por Santo Antônio do Leverger.

Portanto, ao finalizar as minhas palavras, peço ao Deputado Hermínio J. Barreto...

(O SR. PRESIDENTE PEDRO SATÉLITE FAZ SOAR A CAMPAINHA, COMUNICANDO AO ORADOR QUE O SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO)

O SR. EMANUEL PINHEIRO -... infelizmente não pude contar com o aparte do grande Deputado Zé Carlos do Pátio, mas com certeza teremos outras oportunidades até com dados mais embasados, inclusive economicamente poderemos debater melhor esse assunto profundamente.

Respeito a postura do Deputado Hermínio J. Barreto, respeito a postura do Deputado Zé Carlos do Pátio e de todos os representantes daquela região. Mas nós não podemos permitir um retalhamento na Geografia da nossa região, sem que seja rediscutida toda uma mudança radical do perfil territorial do Estado de Mato Grosso. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Nós queremos dizer ao nobre Deputado Emanuel Pinheiro que tem toda razão e o que enriquece, nobre Deputado, este Parlamento é exatamente essa discussão sadia que nós temos nesta Casa de Leis, respeitando um ao outro e com certeza, Deputado, nós fomos eleitos para inicialmente defendermos os interesses do Estado de Mato Grosso, principalmente quando se trata de uma base eleitoral nossa, onde nós tivemos aí o maior número de votos e eu entendo e a sociedade também entende que nós precisamos debater e defender.

Quero apenas, para concluir o meu raciocínio, dizer que nós estamos muito felizes e isso é importante para Mato Grosso, que ainda no meu primeiro mandato nós tínhamos aí uma discussão e que serviu até de palanque para alguns Parlamentares, quando se tratava da divisão do Estado de Mato Grosso, criando o Estado de Mato Grosso do Norte. Esse sentimento hoje felizmente não existe mais, exatamente porque nós lutamos, principalmente no Norte do Estado, para integrar

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 29 DE MARÇO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

Mato Grosso à Baixada Cuiabana, porque lá o povo se sentia abandonado e hoje nós temos lá... Já avançamos bastante, temos energia, melhorias de estradas. É lógico que falta muita coisa ainda.

Então, parabenizo V. Ex^a nessa linha de raciocínio e que o local para discutir é aqui mesmo.

Continua em discussão o Requerimento...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, para discutir, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu quero aqui, Presidente, dizer que dias atrás eu estive com a minha assessoria fazendo um acompanhamento na região do Pantanal a respeito desse problema, porque toda a relação econômica, toda a relação social daquele povo é com o Município de Rondonópolis.

Essa região fica a sessenta quilômetros de Rondonópolis. Então, se eles precisam de estradas, vão a Rondonópolis e nós não podemos ajudá-los com estradas; se eles precisam de escola, vão a Rondonópolis e nós não podemos ajudá-los com escola. Não é uma região economicamente muito rica. É uma região socialmente carente. Ela não tem, ainda, uma estrutura econômica muito rica. Para eles irem a Santo Antônio de Leverger reivindicar os seus benefícios têm que sair de uma estrada, têm que passar por Rondonópolis, têm que passar por Juscimeira, São Pedro da Cipa, Jaciara, Cuiabá, até chegarem a Santo Antônio de Leverger para pedir apoio para uma escola. Então, eles passam por cinco municípios, andam trezentos e trinta quilômetros para reivindicar um benefício.

Esta semana os índios Piebagas, índios Bororos, foram nos pedir estradas. Como é que o Município de Rondonópolis colocará máquina lá?

Quando eu era Vereador, Sr. Presidente, eles pediam escola: “Coloque escola na nossa região”. Eu dizia: Como é que eu vou colocar escola, eu sou Vereador de Rondonópolis e não posso fazer escola no Município de Santo Antônio de Leverger.

Eu quero colocar, Sr. Presidente, que São José do Povo era um Distrito de Rondonópolis e foi emancipado. Há seis anos foi emancipado. Hoje, São José do Povo está todo asfaltado, tem ginásio de esportes, tem asfalto interligando São José do Povo à cidade de Rondonópolis, tem água para tudo quanto é lugar, triplicou a população para seis mil pessoas. Era uma região de Rondonópolis. Eu poderia na época, como vereador, dizer: Olha, eu vou segurar o Distrito de São José do Povo para não ser emancipado. Não! Houve um projeto de crescimento do distrito, que emancipe! Eu e o Deputado Hermínio J. Barreto, em toda a nossa história, nunca votamos contra uma emancipação, contra o futuro de uma região.

O Sr. Moacir Pires - V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Moacir Pires - Eu faço parte da Comissão de Terra e Meio Ambiente e sugiro que a nossa Comissão, pois desde a semana passada estamos vendo os debates entre os Deputados aqui, faça uma visita a essa região e que seja feito um plebiscito para a própria população votar favorável ou não ao desmembramento desse município, porque o que os eleitores não vão entender é como eles foram pedir antigamente ao vereador Zé Carlos do Pátio para ajudar a construir uma escola ou mandar uma patrol e o Deputado disse que não poderia, porque não faz parte do seu município. O eleitor não entenderia isso aí.

Então, eu sugiro que a nossa Comissão vá até essa comunidade, que seja feita lá uma votação e deixemos que o povo decida para que não fique aqui nenhum político torcendo para aumentar o tamanho de Rondonópolis, nem para diminuir o tamanho de Santo de Leverger.

Então, a nossa Comissão está à disposição. Eu peço a V. Ex^a, que é um Deputado

atuante naquela região, representante da Região Sul, eu também sou pois morei e tive muitos votos lá, que organize uma reunião para que possamos sair daqui, a Comissão, ir até lá e fazermos um plebiscito. Quando chegarmos aqui mostraremos a todos os outros Parlamentares para que possamos tomar uma atitude que agrade a todos, os Parlamentes e a comunidade.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu gostaria de agradecer e de parabenizar o Deputado Moacir Pires.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Nobre Deputado, só para ajudar nesse embate, eu quero dizer a V. Ex^a e ao Deputado Moacir Pires que a divisão de uma área de terra num município ou outro, ampliar é de competência da Comissão de Revisão Territorial; que foi renovada agora e da qual eu sou Presidente.

Eu quero esclarecer que durante o ano eleitoral, seis meses antes das eleições não é permitido mexer em nada, nem aumentar, nem diminuir. Agora, o que o nobre Deputado Moacir Pires sugeriu é importante e até o momento esse problema não chegou na Comissão, mas, com certeza, eu como Presidente, já com a experiência do passado, jamais permitirei que se mexa numa área sem chamar as partes: os Vereadores dos dois municípios, os dois Prefeitos, os Deputados que têm como base eleitoral um determinado município. Se houver um entendimento, um acerto, eu entendo, como V.Ex^a, que não tem porque passar uma área de terra para um município ou outro, agora, tem que haver um entendimento. Isso haverá. Então, eu tenho certeza que a partir do mês de outubro, após as eleições, nós iremos discutir isso e chegaremos a um entendimento.

Agora, o que o Deputado Hermínio J. Barreto está pedindo é para retirar, desarquivar o Projeto de sua autoria.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu só gostaria de fazer um elogio ao Deputado Moacir Pires. Não é à toa que eu faço elogios a esse Deputado onde eu vou. É uma surpresa nesta Casa. Eu acho que é por aí que devemos fazer os encaminhamentos.

Eu gostaria de elogiar V. Ex^a, também, porque o Município de Rondonópolis não quer, em hipótese alguma, fazer disputa por espaço nenhum, não! Esse é um problema social que está acontecendo lá, e nós não estamos querendo fazer isso por uma questão de luxo, por uma questão de querer ocupar espaço de município nenhum, mexer com o orgulho de ninguém, não. Muito pelo contrário, se essa Casa de Leis achar que não deve, tudo bem! Mas nós estamos preocupados com aquela comunidade de índios que está abandonada, que não tem como se amparar, de estradas que não... Inclusive, aquela região é de grandes pecuaristas e índios. Lá não tem nada de soja, de produção, de grandes desenvolvimentos, não. O problema é muito mais social do que econômico.

Eu quero aqui, Sr. Deputado...

O Sr. Emanuel Pinheiro - Conceda-me um aparte?

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Só para terminar uma preocupação que eu coloquei aqui. Há dois meses, uma equipe minha está visitando a região lá. E, ao pedir para um assessor meu tentar fazer uns encaminhamentos aqui na Casa, a coisa foi mal encaminhada, foi mal conduzida, o Deputado Hermínio tinha um Projeto... As pessoas que são da região de Santo Antônio, que trabalham aqui na Casa, tentaram me jogar contra o Deputado Hermínio J. Barreto. V. Ex^a está entendendo?

O Sr. Emanuel Pinheiro - Estou entendendo.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - A coisa foi mal encaminhada.

O Sr. Emanuel Pinheiro - Coisas pequenas...

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Coisas pequenas! Eu acho que o objetivo é grande, é de alto nível.

Eu e o Deputado Hermínio J. Barreto, em hipótese alguma, queremos criar qualquer tipo de constrangimento.

Concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Emanuel Pinheiro - Deputado Zé Carlos do Pátio, nós estamos levando à tona a discussão de um problema moderno, um problema que, se desdobrá-lo, vai terminar na divisão do Estado, porque realmente um Estado com as dimensões continentais de Mato Grosso, sempre vai haver um espírito separatista, um espírito divisionista, e isso é muito bom para os municípios também, porque os nossos municípios são grandes, são extensos.

Agora, o problema da administração estar distante é um problema de competência política, é o Prefeito não dar assistência para a região rural próxima da cidade.

No tempo do Prefeito Faustino Dias Neto não tinha esse tipo de reivindicação, porque ele levava constantemente, periodicamente, a administração até o Alto Pantanal, debatia com os produtores, visitava as aldeias, levou cinco mil horas de máquinas de esteira, fez trezentos metros de pontes... Agora, o problema administrativo é que nós temos que separar.

E outra questão que eu quero colocar para V. Ex^a, que é um Deputado sério, que levanta temas polêmicos aqui nesta Casa, junto com o Deputado Hermínio J. Barreto, é que eu acho que se for levantar, levar para agenda de debates, a redefinição territorial dessa área, vamos levar ao longo de todo Estado de Mato Grosso, porque existem dezenas, centenas de municípios com o mesmo problema de Santo Antônio e Rondonópolis com a região do Pantanal. Vamos logo, de uma vez por todas, fazer um estudo completo...

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Deputado, eu fui extremamente ético com V. Ex^a e nem quis apartear-lo. Eu quero terminar o meu discurso.

O Sr. Emanuel Pinheiro - Eu vou concluir, então. Vamos então fazer...

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Inclusive, hoje, eu arrependi de ter cedido o meu tempo, no Grande Expediente, a V. Ex^a. Até porque V. Ex^a não está com um discurso maduro. V. Ex^a me desculpe. Até porque nós aprovamos aqui quantos municípios este ano por interesse público, se deu porque...

O Sr. Emanuel Pinheiro - ...Aí é outra questão, Deputado.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Não. É o mesmo problema...

O Sr. Emanuel Pinheiro - Se V. Ex^a não está preparado para o debate, tudo bem! Eu respeito. Nós podemos debater...

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - V. Ex^a está “fazendo política com o fígado e não com a cabeça”.

O Sr. Emanuel Pinheiro - Então, V. Ex^a pense como quiser, eu só digo o seguinte: eu acho que a redefinição deve ser geral no Estado e não apenas de uma região. Respeito o posicionamento de V. Ex^a e peço que V. Ex^a respeite o meu também.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu quero colocar, Deputado, que acho que o Deputado Moacir Pires foi muito feliz.

Eu acho que tem que olhar o que pensa a comunidade de lá e não adianta fazer discurso basista aqui não, dizendo que o prefeito fulano de tal dava assistência, que o atual não dá. O problema não é circunstancial de prefeito, porque é irracional, gente! A população mora a sessenta quilômetros de Rondonópolis e a trezentos e tantos quilômetros de Santo Antônio de Leverger. Se nós quisermos realmente, eles têm que atravessar cinco municípios para chegar ao município deles para reivindicar a estrada que estão precisando, para reivindicar escola, para reivindicar saúde. É só isso que eu quero colocar.

Então, eu quero aqui fazer um encaminhamento: quero parabenizar o Deputado Moacir Pires, porque ele foi muito feliz. Eu acho que o problema é da comunidade de lá. Vamos ouvir a comunidade de lá. Eu acho que nós temos que fazer a política nesse sentido.

Quero aqui defender a tese do Deputado Hermínio J. Barreto, como estou aqui defendendo, e dizer que o problema, Deputado... O problema, Deputado... Eu quero aqui colocar Deputado Hermínio J. Barreto... Ouviu, Deputado Hermínio J. Barreto? O problema que nós estamos colocando aqui é o seguinte: nós estamos parabenizando o trabalho de V. Ex^a aqui, de retomar essa discussão e que nós... O que foi colocado aí é que o Deputado Emanuel Pinheiro pediu a discussão em primeira mão e ele colocou a preocupação disso aí. Nós não íamos nem polemizar essa discussão. Nós estamos dizendo que o problema é um problema de lá, do local, que a comunidade está reivindicando. Nós queremos somar forças e o Deputado Moacir Pires sugeriu à Comissão ir lá *in loco* verificar esse problema.

Eu vou passar ao Deputado Hermínio J. Barreto, para ele continuar a discussão.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Continua em discussão o Requerimento de autoria do Deputado Hermínio J. Barreto...

O Sr. Hermínio J. Barreto - Sr. Presidente, peço a palavra, ara discutir.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, para discutir, o nobre Deputado Hermínio J. Barreto.

O SR. HERMÍNIO J. BARRETO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, em dezembro de 1988, quando entramos com este Projeto de Lei - eu estava exatamente agora, neste exato momento, com o ex-Deputado Zanete Cardinal, e conseguimos achar a lista das cem pessoas que pediram para que houvesse uma redivisão territorial nos Municípios de Santo Antônio do Leverger e Rondonópolis, e neste exato momento o Dr. Zanete Cardinal ainda se encontra lá, pegando a cópia da Lei Complementar nº 23, que rediscute essa questão no Estado de Mato Grosso. E, neste exato momento, com certeza, nós estamos elaborando um trabalho e indo à Fundação Cândido Rondon, ao IBGE e ao INTERMAT para montar um novo mapa para poder discutir. Agora, com certeza já não há mais plebiscito, a lei mudou, Deputado Emanuel Pinheiro.

Pelo que ouvi e senti do Deputado Zé Carlos do Pátio, a idéia dessa Comissão de trabalhar, nós não queremos aqui nem polemizar, nós queremos conversar, resolver o problema, conversamos inclusive com a nossa querida Prefeita de Santo Antônio do Leverger, com o esposo dela, o Secretário de Finanças desta Casa, Dr. Guilherme, e há uma coerência da própria administração de Santo Antônio do Leverger de que não tem condição de dar o suporte àquela população que mora naquela região.

Sei do trabalho extraordinário do Deputado Emanuel Pinheiro, que tem sido um valoroso Deputado e que tem lutado, tem se revelado na área política e administrativa aqui em Cuiabá e, com certeza, ao lado do Deputado Moacir Pires, vamos chegar a um denominador. Mas não será como há doze anos, quando houve muita polêmica e não se resolveu o problema.

Hoje, as pessoas que moram lá naquela região, no Alto Pantanal, e que não é uma área grande, é menos de 20%, foi confirmado agora, Deputado Zé Carlos do Pátio, pegando à esquerda do São Lourenço, aí fica toda a área indígena que participa desta área, todos eles estão na área que vai se anexar ao Município de Rondonópolis.

Então, com certeza, Deputado Emanuel Pinheiro, V. Ex^a que é um Deputado ponderado, um moço que tem um futuro brilhante pela frente, vai nos ajudar a resolver esse grande problema, que não é do Deputado Hermínio J. Barreto, que não é do Deputado Zé Carlos do Pátio, mas que é da comunidade que mora a 60 quilômetros, a 45 quilômetros de Rondonópolis e que essas mesmas pessoas, para vir solucionar um problema. tem que passar pelo Município de Juscimeira, Jaciara, São Pedro, Barão de Melgaço, Serra de São Vicente e chegar a Santo Antônio. Com certeza, a comunidade, a própria comunidade, hoje, as autoridades de Santo Antônio do Leverger já concordam plenamente de que aquela área não tem nada a ver e que o município não vai perder, inclusive

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 29 DE MARÇO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

financeiramente. Um percentual muito pequeno da área virá acoplar ao Município de Rondonópolis.

Então, eu gostaria de contar com a compreensão de toda a Assembléia Legislativa, porque já houve neste Legislativo a redemarcação de diversas áreas de Mato Grosso sem problema nenhum. E, tenho certeza absoluta, pela maturidade minha, hoje, porque na época nós fizemos discursos acalorados aqui, que despertaram o amor pela Baixada Cuiabana, mas que hoje, agora, com o trabalho de bastidor que nós todos vamos fazer para que ninguém saia perdendo, eu tenho certeza absoluta que vamos chegar a um denominador e que o Município de Rondonópolis vai ter aquela área do Alto Pantanal.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - V. Ex^a me concede um aparte, nobre Deputado?

O SR. HERMÍNIO J. BARRETO - Pois não, Deputado.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Deputado, eu estou solicitando o aparte para dizer o seguinte: na minha argumentação eu coloquei que o problema não é nem econômico, porque economicamente, para Rondonópolis, não vai ter muito retorno. O problema é muito mais social! Aliás, se gasta mais do que vai arrecadar lá, porque o problema de lá é social, o problema de lá são os índios Piebagas, da aldeia Bororó, o problema de lá são os grandes fazendeiros, que V. Ex^{as} sabem que não têm um retorno econômico para Rondonópolis. O retorno de Rondonópolis é a soja, é a produção, é outra região...

Então, eu quero dizer que o problema é muito mais social e eles realmente vivem... Esta semana, eles me procuraram pedindo óleo diesel, porque eles arrumaram umas máquinas para arrumar as estradas lá. Quer dizer, eu coloquei, Deputado, que quando eu era Vereador, várias vezes as comunidades mais humildes de lá nos procuravam pedindo escola, pedindo saúde. V. Ex^a foi Prefeito de Rondonópolis e sabe a cobrança daquele povo. Mas, nós não podíamos fazer nada, porque na verdade não se pode ultrapassar os limites do município. Então, eu coloquei aqui que, inclusive, o problema não é nem econômico. Rondonópolis vai gastar mais do que vai ter de retorno econômico. O problema é social e o problema social lá é gravíssimo.

Era só isso.

O SR. HERMÍNIO J. BARRETO - Muito obrigado. Eu fui Prefeito de Rondonópolis e realmente a escola municipal lá dessa região é paga pelo Município de Rondonópolis, pontes que caem, quer dizer, é uma região que... A área de saúde toda é feita pelo Município de Rondonópolis.

O Sr. Emanuel Pinheiro – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. HERMÍNIO J. BARRETO – Concedo, nobre Deputado Emanuel Pinheiro.

O Sr. Emanuel Pinheiro – Deputado Hermínio J. Barreto, eu quero parabenizar V. Ex^a que, inclusive, é o precursor, é o pai dessa idéia há muitos anos, que é assim que se debate em alto nível, com postura, com ponderação, que é o que eu tento fazer aqui nesta Casa. Às vezes, erro; às vezes peço. Mas, V. Ex^a agora chegou, neste momento, no plenário para colocar as coisas nas suas devidas posições, de forma equilibrada, ponderada, responsável, porque existe uma preocupação nossa. Eu sou representante de uma região, nesta Casa, cada colega Deputado representa uma região, muito pior seria se eu ficasse omissa a esse problema.

Vamos fazer esse levantamento, vamos fazer esse estudo, não me furto ao debate, não me furto a um levantamento profundo, inclusive economicamente, da região; inclusive, até em termo de transferência de recursos federais por ser uma região indígena que tem recurso federal de elevado montante para essa região. Eu quero saber se não vai sacrificar Leverger.

A minha preocupação, Deputado, principal, é também aproveitar para fazermos uma redefinição territorial em todo o Estado de Mato Grosso. Com certeza, não é só Leverger e Rondonópolis que tem um problema da área rural ser mais próxima a outro município do que a sede, por exemplo, a localidade rural de Pantanalzinho fica a sete quilômetros de Barão de Melgaço e a

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 29 DE MARÇO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

quarenta de Leverger! Fica na porta de entrada do Município de Barão de Melgaço!

Então, se essa teoria prevalecer, como parece-me é o argumento principal daqueles que definem como o brilhante Deputado que V. Ex^a é, nós teríamos que fazer uma redefinição e aí é que eu entrei no debate da idéia que o Deputado Zé Carlos do Pátio não entendeu. Nós temos que fazer uma redefinição global, porque se esse argumento prevalecer, eu acho que tem muitos municípios no Estado que precisam ser redefinidos territorialmente.

Mas, V. Ex^a está de parabéns! V. Ex^a traz à tona um tema que ainda é atual, que V. Ex^a vislumbrou há muitos anos atrás, há uma década atrás, a problemática daquela região. Parabéns, Deputado! Conte conosco para um debate maduro e produtivo e que as duas regiões saiam ganhando! Parabéns!

O SR. HERMÍNIO J. BARRETO – Eu quero aqui agradecer o aparte do eminente Deputado Emanuel Pinheiro, quando ele encerra o seu aparte dizendo que estará à nossa disposição, para até apoiar essa redivisão territorial dessa região e de outras regiões do Estado, com certeza, V. Ex^a também terá o meu apoio.

Eu encerro, Sr. Presidente, dizendo que, realmente, o Deputado Zé Carlos do Pátio está nos ajudando, vai nos ajudar nessa luta, nesse debate que nós vamos realizar aqui na Assembléia Legislativa. E, com certeza, o Município de Rondonópolis, que é muito forte na região Sul, vai poder dizer que oficialmente tem parte do Pantanal com ele, até para os investimentos futuros na área de turismo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Continua em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Determino à Consultoria Técnico-Jurídica que desarquive o referido Projeto.

Requerimento de autoria da Deputada Serys Slhessarenko, ao Diretor-Presidente do INTERMAT, Sr. Aparecido Alves de Oliveira, solicitando a documentação que comprova a titulação definitiva da área do Cambambe, região do Barro Preto, Município de Chapada dos Guimarães, em nome de Francisco Dias Moreira e/ou outros.

Em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Requerimento de autoria do Deputado Gilney Viana, ao Exm^o Sr. Guilherme de Moura Müller, Secretário de Planejamento do Estado de Mato Grosso, solicitando informações dos ex-funcionários da CODEMAT, da CASEMAT, INTERMAT e SANEMAT e CEMAT.

Em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Esgotada a Pauta da Ordem do Dia, passemos às Explicações Pessoais (PAUSA). Não há orador inscrito.

Antes de encerrar a presente Sessão, convoco a próxima para hoje à noite, quarta-feira, no horário regimental.

Compareceram a esta Sessão os seguintes Srs. Deputados: da Bancada do Partido da Social Democracia Brasileira - Carlos Brito, Baú, Riva, Pedro Satélite, Rene Barbour, Wilson Teixeira Dentinho e Nilson Leitão; da Bancada do Partido da Frente Liberal: Emanuel Pinheiro, Joaquim Sucena, Moacir Pires e Moisés Feltrin; da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - Nico Baracat, Zé Carlos do Pátio e Silval Barbosa; da Bancada do Partido dos Trabalhadores - Gilney Viana e Serys Slhessarenko; do Bloco Parlamentar Socialista - Amador Tut (PL), Eliene (PSB), Hermínio J. Barreto (PL), Wilmar Peres (PPS), Romoaldo Júnior (PPS) e Túlio Fontes (PSDB).

Deixaram de comparecer os Srs. Deputados Roberto Nunes, do PSDB e Humberto

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 29 DE MARÇO DE 2000, ÀS 08:00
HORAS.

Bosaipo (PPS), do Bloco Parlamentar Socialista.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão (LEVANTA-SE A
SESSÃO).

Conferida por Regina Céli Arruda